

POLÍTICA DE MERITOCRACIA PARA PROFESSORES E ALUNOS EM GOIÁS: BONIFICAÇÃO PARA DOCENTES E PRÊMIO POUPANÇA-ALUNO NO CONTEXTO DA REFORMA EDUCACIONAL EM GOIÁS: 2011-2014

Sérgio Inácio do Nascimento¹

Resumo

Este artigo apresenta resultados parciais da dissertação que está sendo produzida no mestrado Territórios e Expressões Culturais no Cerrado na Universidade Estadual de Goiás. O objetivo deste estudo é fazer uma análise da política de meritocracia para professores e alunos em Goiás: prêmio poupança aluno e a bonificação para docentes no contexto da reforma educacional em Goiás: 2011-2014 e sua consonância com o capital e seus valores. Essa política de meritocracia se desenvolveu no âmbito da reforma e pacto educacional do governo Marconi Perillo (2011-2014) e da gestão do Secretário Estadual de Educação Thiago Peixoto. São abordados de forma objetiva a educação e sua natureza; a relação UNESCO, Banco Mundial e a educação; o discurso da qualidade; a questão neoliberalismo e educação; o bônus para professores e o prêmio poupança-aluno. Escolheu-se trabalhar com o método dialético, compreendendo ser este um instrumento de investigação, pesquisa e análise que possibilita compreender a partir de uma perspectiva histórica as contradições econômicas, políticas, sociais como o motor da mudança social e da história.

Palavras-chave: reforma, meritocracia, neoliberalismo, educação.

Abstract

This article presents results of the dissertation being produced in the masters Territories and Cultural Expressions in Cerrado at the State University of Goiás. The aim of this study is to analyze the meritocracy policy for teachers and students in Goiás. Award student savings and the bonus for teachers in the context of educational renovation in Goiás: 2011-2014 and its consonance with the capital and its values. This meritocracy policy was developed under Marconi Perillo's reform and educational pact government (2011-2014) and the State management Secretary of Education Thiago Peixoto. They are addressed in an objectively way on education and its nature; UNESCO relationship, World Bank and education Secretariat; the quality of speech; the neo-liberalism and education issue; the bonus for teachers and the award-student savings. We chose to work with the dialectical method, understanding that this is an instrument of investigation, research and analysis that enables to understand from a historical perspective the economic contradictions, political, social as the engine of social change and history.

Key-words: reform, meritocracy, neoliberalism, education.

INTRODUÇÃO

Este estudo diz respeito a uma visão parcial da dissertação que desenvolvo no mestrado Territórios e Expressões do Cerrado da Universidade Estadual de Goiás. Este artigo trata de uma investigação da política de meritocracia para professores e alunos em Goiás no contexto da Reforma e o Pacto Educacional implementados na educação básica em Goiás, realizados durante o governo Marconi Perillo (2011-2014), durante a gestão do Secretário Estadual de Educação Thiago Peixoto.

¹ Bolsista Capes; Mestrando do Mestrado Interdisciplinar Territórios e Expressões Culturais no Cerrado – Universidade Estadual de Goiás – Câmpus Anápolis de Ciências Sócio-Econômicas e Humanas; E-mail: sergioinacio@globocom

O objetivo geral deste artigo é analisar a relação da política de meritocracia para professores e alunos em Goiás: prêmio poupança aluno e a bonificação para docentes no contexto da reforma educacional em Goiás: 2011-2014 e sua consonância com o capital e seus valores.

Os objetivos específicos desta investigação são: a) Identificar e analisar a postura do Estado frente a política de meritocracia para professores e alunos; b) apontar como foram estabelecidos os pilares, metas e diretrizes na reforma educacional e sua relação com política de meritocracia para professores e alunos em Goiás; c) descrever elementos relevantes da política de meritocracia para professores e alunos e sua relação com o capital.

O método de trabalho para esta dissertação é o dialético. Destacando-se as contradições como o motor da mudança social e da história. Entendendo que as ideias, as concepções, os gostos, as crenças, categorias do conhecimento e ideologias, geradas socialmente, dependem do modo como os homens se organizam para produzir e fazer política. Mesmo o pensamento e a consciência são consequência da relação homem/natureza, ou seja, das relações materiais, das relações de produção.

Este estudo terá uma abordagem metodológica qualitativa e quantitativa. O tipo de pesquisa segundo os objetivos de estudo será descritiva, analítica e explicativa. Quanto aos procedimentos de coleta de dados são de campo, bibliográfica, levantamento, documental e entrevistas.

A temática política de meritocracia para professores e alunos como elementos da reforma e do pacto educacional no governo Marconi Perillo no período de 2011-2014 e sua consonância com o capital, está inserida na linha de pesquisa Dinâmicas Territoriais no Cerrado do Mestrado Interdisciplinar Territórios e Expressões Culturais no Cerrado – Universidade Estadual de Goiás – Câmpus Anápolis de Ciências Sócio-Econômicas e Humanas. Neste tema de estudo é possível estabelecer relações com a dinâmica econômica, social e política no território. A escola nesta pesquisa é o principal lugar onde ocorrem as transformações e cada unidade escolar é concebida como um microterritório com várias dimensões (política, econômico, social, cultural, valorativa) ordenadas em um pacto federativo que possui uma legislação federal e estadual de como a transmissão do conhecimento deve acontecer naquele microterritório educacional.

Os nove anos do ensino fundamental e os três do ensino médio somam doze anos de estudo formais e a maneira e o formato como esses anos são estruturados através do processo de ensino e aprendizagem exercem grande importância e sentido na

vida das crianças e dos jovens estudantes no presente, no futuro, na posição e função social que terão no mundo do labor e na sociedade. Todo esse processo é influenciado pelo contexto mundial, pela divisão do trabalho a nível internacional, nacional e regional, pelos conflitos, interesses, pela história política, econômica e social do país, de sua região, de seu Estado e cidade.

A política de meritocracia para professores e alunos juntamente com o processo de ensino e aprendizagem e as políticas estaduais de educação não podem ser analisados separadamente da vida econômica, social, política e cultural do ambiente ao qual está inserido e outros tipos de ideologias pregadas como relevantes para a organização social de uma sociedade. Deve ser observado as ideologias que fundamentam tais interesses e o quanto estão relacionado à vida produtiva, serviços e se são capazes de atender as necessidades básicas de subsistência dos seres humanos.

Este artigo se organiza em uma introdução e mais cinco seções. A primeira aborda a educação e sua natureza; a segunda verifica a relação UNESCO, Banco Mundial e a educação; a terceira avalia o discurso da qualidade; a quarta verifica a questão neoliberalismo e educação; a quinta procura compreender o bônus para professores e o prêmio poupança-aluno.

1.A EDUCAÇÃO

A educação em sua abrangência está presente em nossas vidas e não temos como escaparmos dela. Em todos os lugares ocorre o processo formal ou informal de aprender e ensinar, em casa, nas religiões, nas escolas, com o grupo de amigos, no trabalho, de uma forma ou de várias. “Para saber, para fazer, para ser ou para conviver, todos os dias misturamos a vida com a educação. Com uma ou várias: educação? Educações” (BRANDÃO, 1995, p.7).

Compreendemos observando os diferentes povos e culturas ao longo da história e do mundo contemporâneo que não existe uma única maneira e nem um único formato do processo formal e informal de educação. A escola como a conhecemos hoje, com um prédio, um espaço físico, diretor, coordenadores, professores, técnicos administrativos não é o único lugar onde o ensinar e aprender se desenvolve. Em diferentes lugares do mundo existiram e existem diferentes modos de educação. Existem aqueles encontrados na sociedade moderna, industrializadas e desenvolvidas e também naquelas dos povos tribais de pequenas sociedades como os pastores nômades, caçadores e agricultores.

Historicamente a educação tem variado de forma infinita de acordo com o meio e o tempo. Durkheim (1978) escrevendo no final do século XIX e início do XX discorre que a educação nas cidades latinas e gregas levavam as pessoas a sujeitar-se à totalmente a coletividade. Em Atenas buscavam-se conceber indivíduos com espíritos delicados, ponderados, finos, com harmonia e graça, aptos para apreciar o belo e os deleites da pura ação especulativa. Em Roma pretendiam principalmente que as crianças se transformassem em homens de ação, fascinado pela glória da força militar, não atentos as manifestações das artes e letras. No período medieval, antes de tudo, vinha à educação cristã. Na renascença, assume uma dimensão mais leiga, de cunho mais literário. Nos dia de hoje a ciência caminha para tomar o lugar que a arte em outro momento preencheu.

A educação em seu caráter diversificado é um produto humano em que o próprio homem atua em relações diversas, com valores, significados, símbolos, de acordo com a cultura e relações de poder e as ideias predominantes da época. De acordo com Brandão (1995, p.14):

O homem que transforma, com o trabalho e a consciência, partes da natureza em invenções de sua cultura, aprendeu com o tempo a transformar partes das trocas feitas no interior desta cultura em situações sociais de aprender-ensinar-e-aprender: em educação. Na espécie humana a educação não continua apenas o trabalho da vida. Ela se instala dentro de um domínio propriamente humano de trocas: de símbolos, de intenções, de padrões de cultura e de relações de poder.

Em sociedades pré-modernas ou pré-capitalistas, as chamadas sociedades primitivas, percebemos que algumas transformações ocorreram:

Quando o trabalho que produz os bens e quando o poder que reproduz a ordem são divididos e começam a gerar hierarquias sociais, também o saber comum da tribo se divide, começa a se distribuir desigualmente e pode passar a servir ao uso político de reforçar a diferença, no lugar de um saber anterior, que afirmava a comunidade (BRANDÃO, 1995, p.27).

Neste momento tivemos o início de relações sociais que apartam, separam e gradativamente surge uma oposição de relações que exhibe “o que faz, o que se sabe com o que se faz e o que se faz com o que se sabe”(BRANDÃO, 1995, p.27). Portanto, dentre as várias tipologias de domínios sociais específicos, surgem os de saber, os de conhecer e os de ensinar outros a saber. Então, temos nessa fase o início de relações sociais em que a “educação vira ensino, que inventa a pedagogia, reduz a aldeia à escola e transforma “todos” no educador” (BRANDÃO, 1995, p.27).

2.A UNESCO, O BANCO MUNDIAL E A EDUCAÇÃO

A UNESCO no campo da educação, por vários decênios, exerceu na América Latina a função de dirigir no âmbito político-ideológico as reformas educacionais, agindo como organismo de planejamento, implementação e comandando a política mundial para a educação, atuando em sintonia com o Banco Mundial e conjuntamente com uma ampla rede de organizações locais e mundiais. De certa forma, a UNESCO através de seus posicionamentos provocou um esforço expressivo para a discussão da questão educacional, em uma postura de defesa da escola pública e das pessoas mais pobres pudessem ter acesso ao conhecimento. Entretanto, a UNESCO no fim da década de 1970, entrou em um processo de debilitamento por causa da retirada de recursos de seus mais expressivos financiadores, o Reino Unido e os Estados Unidos da América do Norte. As responsabilidades da UNESCO foram delegadas para o Banco Mundial e, dessa forma, a temática educação passou a estar presente na agenda de economistas e empresários por todo o mundo (SILVA, 2014).

Na década de 1990 a UNESCO reuniu vários educadores de renome internacional para tratar dos desafios da educação para o século XXI. Criou-se uma comissão com este fim, presidida pelo economista e político francês Jacques Delors. Um dos destaques do relatório produzido por esta comissão diz respeito aos quatro pilares da educação. Alertou-se para a necessidade de uma postura para o século XXI, onde a educação teria o papel de transferir concretamente, de forma competente e maciça, “cada vez mais saberes e saber-fazer evolutivos, adaptados à civilização cognitiva, pois são as bases das competências do futuro” (UNESCO, 1999, p.89). Concomitantemente, entendiam que cabia a educação achar e sinalizar as questões que não permitissem os indivíduos de estarem mergulhados em uma significativa quantidade de informações em uma situação de mais ou menos transitoriedade, que ocupa e penetra espaços particulares e públicos e as transportem a guiar-se para empreendimentos de caráter coletivos e individuais de desenvolvimento. A educação é o guia para transitar por este mundo complexo e permanentemente inquieto, sendo simultaneamente um agente que fornece os mapas do caminho.

A comissão da UNESCO através do relatório citado anteriormente, a partir de sua ótica apresenta sua perspectiva em uma proposta que não aceita educação em uma performance apenas quantitativa, enfatizando que o conteúdo escolar extenso e cheio, já não é mais aceitável e nem relevante na atualidade. Defende que não é suficiente a pessoa adquirir saberes e conhecimentos numa fase inicial de sua vida e depois não se

atualizar. Chama a atenção para o momento de transição para o novo século XXI para agirmos e procurarmos aproveitarmos a vida do começo ao fim, para não perdermos as oportunidades de estar em consonância com a atualidade e se adequarmos as transformações no mundo.

O relatório produzido pela comissão da UNESCO propunha que a educação deveria organizar-se em aprendizagens fundamentais com base em quatro pilares do conhecimento: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver juntos e por último, o aprender a ser. No primeiro destaca-se ter acesso aos instrumentos da compreensão, no segundo, o fazer para agir no meio a sua volta, no terceiro, a busca de uma participação e cooperação nas diversas relações sociais e o último, é o mecanismo de integração dos três anteriores.

O Banco Mundial até meados dos anos de 1960 dava preferência aos projetos de infra-estrutura, como os de energia, transporte e comunicação, as políticas de alicerce para o crescimento econômico. A partir dos fins dos anos de 1960, o banco acrescentou aos objetivos que eram apenas quantitativos, que formatavam os projetos econômicos, certos anseios e finalidades direcionadas para o bem-estar social e a igualdade com a intenção de assegurar aos excluídos estar presente entre aqueles que participariam dos benefícios no desenvolvimento econômico e social. Nessa conjuntura, juntamente com o desenvolvimento da agricultura e da saúde, a área educacional começa ser entendida como uma das mais relevantes nos projetos de financiamentos do Banco Mundial. Tivemos então, a partir da década de 1960, a criação e organização de mecanismos (diretrizes e princípios) de uma política de financiamento e ajuda a educação para os países do Terceiro Mundo. Houve orientações no sentido de ampliação do oferecimento da escola elementar para todos, crianças e adultos. A educação deveria estar em um processo de integração ao trabalho, com o objetivo de gerar, criar as capacidades fundamentais às necessidades do desenvolvimento (FONSECA, 1995).

Na década de 1990 ocorreu a preparação das novas orientações de políticas para os anos e a década seguinte. Tais diretrizes tinham como referencia as decisões tomadas na Conferência Internacional de Educação para Todos, ocorrida na Tailândia em 1990. Estiveram presentes neste encontro 155 países, juntamente também estavam diversas agências internacionais, bilaterais e multilaterais, cabe destacar a atuação do banco mundial como um dos coordenadores relevantes do encontro.

Nessa configuração de debates e intenções tivemos:

Algumas diretrizes contidas na publicação do Banco Mundial (BIRD, 1990) reiteram o objetivo da UNESCO de eliminar o analfabetismo até o final do século; assim também os programas da USAID para o desenvolvimento da educação de base e a preocupação do Banco com certas questões universais, como a proteção ao meio ambiente e o controle do crescimento demográfico (FONSECA, 1995, p.172).

Na década de 1990 a política principal do Banco Mundial, foi desenvolver uma ideologia e discurso de diminuição do papel do Estado nas funções e nos investimentos em educação. Os créditos eram essencialmente voltados e orientados para os chamados elementos essenciais, que de acordo com estudos do BIRD, eram entendidos como fundamentais para o bom aprendizado das escolas dos Estados de média e baixa renda. Esses elementos essenciais eram livros, bibliotecas e material didático, que são favorecidos, ficando com pouca ou nenhuma atenção os elementos humanos, como remuneração do docente, formação e tempo de experiência. Ainda no aspecto dos professores, no que diz respeito a competência da escrita e verbal, contava-se um certo patamar de sabedoria. Nesta visão, o BIRD financiou projetos que vão priorizar um conjunto de medidas instrucionais e de entrega de livros. Ocorrendo ao mesmo tempo a capacitação dos professores para o uso destes mecanismos e práticas dessas crenças.

Nas diretrizes do Banco Mundial os elementos objetivos de aprendizagem como a quantidade de estudantes por docente ou o tempo prestado ao ensino não são levados em consideração. Nessa questão destacamos a atenção da relevância dos procedimentos de recuperação das despesas, onde temos claramente a postura de diminuição dos gastos com o ensino público. Tivemos também alguns orientações que diziam respeito a flexibilização da estrutura do ensino, descentralização e avaliação externa, que estavam comumente atrelados a redução das despesas financeiras dos governos (FONSECA, 1995).

Nos anos de 1990 de acordo com a ideologia o Banco Mundial e seus adeptos a questão primordial na estrutura educacional brasileira era a flexibilização do sistema e alteração ou remoção de todo aparato que fosse empecilho para a efetivação dessas medidas. Inclusive foram sugeridas que se fosse preciso se alterasse na Constituição brasileira os elementos que impediam as alterações necessárias na estrutura de gerenciamento da organização educacional. Defendiam que existiam regras demais e que atrapalhavam os agentes públicos e privados na oferta de educação de qualidade. Com isso buscava-se novas ferramentas e instrumentos diferenciados para a ampliação da rede educacional com vistas a ajustar o sistema educacional e as escolas ao mercado,

sendo disponibilizado mais preparação, mais capacitação e por outro lado, pouca formação escolar efetiva e de fato (FONSECA, 1995).

Juntamente com essas propostas, defendia-se a descentralização e diminuição das obrigações do Estado com a educação. A questão da “gestão da qualidade” aparece como uma importante diretriz defendida no planejamento político do Ministério da Educação para o período de 1995-1998. Percebia “uma política educacional tipicamente neoliberal, pautada por uma privatização disfarçada e pela meritocracia, propondo a diversificação e flexibilidade do sistema e o controle através da criação de diferentes instrumentos avaliativos dos resultados”. (FERREIRA, 2013, p.113).

3.QUALIDADE NA EDUCAÇÃO

No final dos anos de 1980 o discurso da qualidade voltado para o âmbito educacional começou a progredir, tendo como contraponto a questão da democratização. Na esfera educacional o discurso e ideologia da qualidade tomou a expressão de uma nova oratória conservadora com uma função e afinada com intensas ações contra os ambientes públicos democráticos ou chances de serem realmente democráticos, um deles a escola das majorias (GENTILI, 1994).

O discurso conservador sobre qualidade na esfera educacional conjecturou uma relação que pode ser entendida em uma forma que Gentili (1994) chama de “duplo processo de transição”, que no primeiro momento teve a questão da mudança do problema da democratização para o da qualidade e no segundo momento, houve deslocamento dos conteúdos que tipificam o debate sobre qualidade na área produtivo-empresarial para o âmbito das políticas educacionais e para a avaliação dos processos didático-pedagógicos.

Na década de 1990 uma dos expoentes na retórica e defensora da qualidade na educação no Brasil foi Cosete Ramos. Em dois de seus livros, *Excelência na Educação*, e em outro, *a Pedagogia da Qualidade Total*, explica suas ideias para a implantação da qualidade nas escolas brasileiras. Os livros trazem uma visão funcionalista para a educação, subsidiadas com técnicas de administração.

Ramos (1992) cita diversos autores e técnicas de gestão como estratégias para a criação da escola de qualidade. Dentre os vários autores, tivemos o estadunidense W. Edwards Deming e suas estratégias para a implantação de uma escola de qualidade a partir de seu método, que tinha 14 pontos, que tratavam da: Filosofia da qualidade, constância de propósitos, avaliação no processo, transações de longo prazo, melhoria

constante, treinamento em serviço, liderança, afastamento do medo, eliminação de barreiras, comunicação produtiva, abandono de cotas numéricas, orgulho de execução, educação e aperfeiçoamento e ação para a transformação.

Outro autor utilizado por Ramos (1992) é o médico e psiquiatra estadunidense William Glasser. Em sua proposta apresenta sete pontos para a escola de qualidade: gestão democrática ou por liderança na escola, diretor como líder da comunidade escolar, o professor como líder dos alunos, a escola como ambiente de satisfação das necessidades de seus membros, o ensino baseado na aprendizagem cooperativa, a participação do aluno na avaliação do seu próprio trabalho e o trabalho escolar de alta qualidade como produto de uma escola de qualidade.

Ramos (1994) ressalta nesta obra um apelo para que se realize no Brasil o Pacto da Qualidade pela Educação, conclamando através de uma moção os cidadãos brasileiros, envolvendo todos os setores da sociedade, convictos de valores de cidadania. Trata a questão da qualidade na educação como um direito e dever constitucional, na revisão dos valores que dão base ao ideal educativo no Brasil, defendendo a excelência na educação, a formação plena do ser humano-cidadão, a reconstrução do sistema nacional de ensino, a busca que pelo salto de qualidade no Brasil, a gestão transparente e responsável, a implementação de um modelo pedagógico próprio de escola de qualidade, termina estas afirmativas com a afirmação de que para que se alcance o futuro, é na sala de aula com o ganhar ou o perder que ocorre a batalha.

Sugere uma série de técnicas de gestão e organização a serem implementadas por um comitê de qualidade com o objetivo de melhorar a administração, com vistas a alcançar escolas de qualidade. Algumas delas são o Ciclo PDCA, técnica dos 5W1H e chave de conferência (RAMOS, 1994).

O estadunidense William Edwards Deming criou o método de análise e solução de problemas chamado ciclo PDCA ou ciclo Deming. Segundo Carpinetti (2010), o PDCA possui quatro etapas: (P) Planejamento – que diz respeito a um ciclo completo, incluindo a detecção do problema, apuração das causas iniciais, planejamento e proposta para resolver a questão; (D) Execução - conforme o planejado, preparar (também treinamento) e realização das tarefas; (C) Verificação – conforme a meta planejada, colher dados e comparar de acordo com o resultado conquistado; (A) Ação corretiva – agir com base nos desvios detectados para que se faça as correções. Caso seja preciso, faz-se um novo planejamento das atividades de melhoria e novamente inicia-se o PDCA.

A técnica ou plano de ação dos ²5W1H possibilita verificar todas as tarefas que serão realizadas ou selecionadas de maneira prudente e objetiva garantindo sua execução de forma organizada. Deve-se observar e estar atento para que a atividade ocorra de forma especificada e observando os determinados aspectos: What? Diz respeito ao o que será feito? When? Significa quando será feito? Where? Indaga onde será feito? Why? Coloca a questão de por que será feito? Who? Indaga com a pergunta, quem o fará? How? Traz a questão a questão de como será feito?

A chave de conferência diz respeito a um instrumento técnico para se verificar se os objetivos e metas estão sendo ou foram alcançados. Ramos (1994) dá um exemplo de chave de conferência direcionado para a questão do ensino de qualidade. Em seu exemplo, descreve os itens que serão verificados na seguinte ordem: 1) os objetivos que se pretende alcançar; 2) os conteúdos que serão ministrados; 3) as atividades de aprendizagem; 4) os materiais instrucionais que o professor utilizará (meios e recursos de ensino); 5) a avaliação da aprendizagem.

4.NEOLIBERALISMO E EDUCAÇÃO

As ideias neoliberais exerceram expressiva influência nas relações políticas e econômicas nos últimos 25 anos do Brasil, chegando também ao campo educacional. A palavra neo traz o sentido de novo, então, neoliberalismo seria o novo liberalismo. Mas, para termos um melhor entendimento, antes do neoliberalismo, existia e continua existindo o liberalismo. O que é liberalismo?

Definir o liberalismo é algo complicado e difícil, mas após consultar (BOUDON e BORRICARD, 2004; BRUN, 2013; SANDRONI, 2002; TRANFAGLIA, 2004; FERREIRA, 2010) constatou-se que este termo foi se transformando ao longo do tempo. Diante destas leituras, entendemos que liberalismo tem haver com os seguintes anseios: liberdades civis e de mercado; defesa e direito inalienável à propriedade privada; a iniciativa individual; a livre iniciativa e a concorrência como princípios básicos capazes de harmonizar os interesses individuais, coletivos e gerar o progresso social; a concorrência entre agentes econômicos e a ausência de interferência do governo como princípios de organização econômica; o livre funcionamento do mercado é capaz de resolver de forma melhor os problemas da economia; o Estado não deve intervir na economia, deve somente assegurar a livre-concorrência entre as empresas e o

²DME/ESALQ/USP – Qualidade Total – CIAGRI/USP

direito à propriedade privada quando for ameaçada por tensões sociais; democracia representativa com os poderes executivo, legislativo e judiciário, independentes.

No campo dos sistemas de ensino e escolas formou-se um mercado educacional de acordo com as normas de mercado e a reprodução da lógica da competição. Pretendeu-se uma competente pedagogia por via do estabelecimento de pedagogia da concorrência, dos resultados alcançados, tendo seu caráter na produtividade e de procedimentos eficientes.

Essa pedagogia tem sido implementada através de diversas ações como: 1) mecanismos de avaliação permanentes dos resultados (desempenho) alcançados pelos alunos, esses resultados servem para avaliar a qualidade do processo ensino e aprendizagem desenvolvido pela unidade escolar; 2) destaque para o gerenciamento e organização da escola, com a adesão de programas de gerenciamento de qualidade total; c) a transferência de responsabilidades do Estado para empresas e comunidades; 3) a constituição de parcerias com o empresariado e valorização do setor privado; 4) processo administrativo e financiamento descentralizados, da mesma maneira a transferência de recursos de acordo com a avaliação de desempenho; 5) o estabelecimento de modelos que inovam na preparação de professores, um deles é a educação a distância; 6) implementação de procedimentos de diversificação e flexibilização dos sistemas de ensino e das escolas; 7) a constituição de rankings dos sistemas de ensino e das escolas públicas ou particulares, onde as unidades escolares são classificadas e desclassificadas; 8) uma maior atenção a certas disciplinas, como Ciências e Matemática, devido a competitividade tecnológica a nível mundial, que inclina-se a priorizá-las; 9) a elaboração de condições para que possa acontecer a elevação da competição entre as unidades escolares e incentivar os pais a participarem do cotidiano escolar e optar entre as diversas escolas (LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2003).

Em uma concepção econômica e de gestão capitalista, inovação significa especialmente “produzir produtos, processos e serviços (tecnológicos ou não), novos ou melhorados que gerem lucro e aumentem a competitividade das empresas e dos países” (FERREIRA, 2013, p.47). Em uma ótica neoliberal, esse conjunto de ações e projetos devem ser orientados sem a ingerência do Estado e pela livre iniciativa do mercado.

5.O BÔNUS PARA PROFESSORES E O PRÊMIO POUPANÇA-ALUNO

Em 31 de outubro de 2010 o senador Marconi Perillo (PSDB) foi eleito governador de Goiás no segundo turno da eleição. Recebeu 52,99% dos votos, contra 47,01% de Iris Rezende (PMDB). Ainda no final do ano de 2010 o governador eleito Marconi Perillo escolheu o deputado estadual Thiago Peixoto (2007-2010) recém eleito deputado federal pelo PSD em 2010 para a Secretaria de Estado de Educação de Goiás. Thiago Peixoto coordenou em Goiás o programa Todos pela Educação enquanto foi deputado estadual pelo PMDB (2007-2010).

Compreendemos a Eleição como umas das manifestações do campo político, disputa, interesses, (BOURDIEU, 2001, p.163) enfatiza que:

O campo político, entendido ao mesmo tempo como campo de forças e como campo de lutas que tem em vista transformar a relação de forças que confere a este campo a estrutura em dado momento, não é um império: os efeitos das necessidades externas fazem-se sentir nele por intermédio sobretudo da relação que os mandantes, em consequência da sua distância diferencial em relação aos instrumentos de produção política, mantêm com os seus mandatários e da relação que estes últimos, em consequência das suas atitudes, mantêm com as suas organizações. O que faz com que a vida política possa ser descrita na lógica da oferta e da procura é a desigual distribuição dos instrumentos de produção de uma representação social explicitamente formulada: o campo político é o lugar em que se geram, na concorrência entre os agentes que nele se acham envolvidos, produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos, entre os quais os cidadãos comuns, reduzidos ao estatuto de consumidores, devem escolher, com probabilidades de mal-entendidos tanto maiores quanto mais afastados estão do lugar de produção.

O secretário estadual de educação Thiago Peixoto assume a pasta tendo como lema a promessa de campanha do governador Marconi Perillo, que seu governo seria o “governo da educação”. Foi feito um diagnóstico e elaborou-se com sua equipe no decorrer do ano de 2011 um plano de reforma da educação pública básica em Goiás que ocorreria através do chamado pacto pela educação. As principais justificativas eram as carências apresentadas pela educação pública em Goiás. No entendimento de Peixoto o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) era considerado o mais importante indicador de qualidade no processo de ensino e aprendizagem no Brasil. Em 2005 Goiás estava na 7ª posição com 3,91 nos anos iniciais do 1º ao 5º ano, caindo para a 8ª posição em 2007 com 4,27, tendo mantido a mesma posição com 4,90 em 2009. Do 6º ao 9º ano caiu-se da 10ª posição em 2005 com 3,29 para em 2007 um patamar de 3,45 de 13ª posição, no ano de 2009 foi para 15ª posição com 3,59. No ensino médio, também ocorreu queda, em 2005 estava-se na 13ª colocação com 2,86 indo para a 16ª posição com 2,82 em 2007 e na sequência em 2009 mante-se na mesma posição com 3,07.

Seguindo com a visão de Thiago Peixoto e tendo como referência a necessidade de mudança posta no documento que trata da Reforma Educacional em Goiás, o contexto descrito, faz observações de alguns elementos, tais como: a) um dos fatores que colaboram para o baixo desempenho é a alto número de abandono dos estudantes no percorrer da educação básica; b) no ensino médio a cada 100 discentes matriculados, 27 largam os estudos; c) verificou-se que nos últimos anos do ensino fundamental, de cada 100 alunos 21 abandonam as salas de aulas.

Um dos pontos importantes da reforma e pacto educacional foi programa Reconhecer - educação, o mérito é seu, criado pela lei nº 17.402, de 06 de setembro de 2011, aprovada pela Assembleia Legislativa de Goiás, instituindo o Bônus de Estímulo à Regência aos docentes em atividade nas unidades escolares e em regência de classe que fazem parte da rede estadual de ensino de Goiás. O Bônus de Estímulo à Regência é um valor pecuniário que deve ser pago aos docentes titulares com cargo efetivo na rede do magistério público do Estado de Goiás, na função de regência de classe, sendo da 1ª e 2ª fases do Ensino Fundamental, Ensino Médio e EJA, e em atividades nas escolas da rede pública estadual de ensino. Nesta lei, inicialmente definiu-se que a concessão do Bônus seria para o período de 1º de agosto a 23 de dezembro de 2011 e teria como valor pecuniário de referência a quantia de R\$1.500,00 para o docente em regime de 40 horas, sendo proporcional no que diz respeito as outras cargas horárias. Cabe enfatizar que o recebimento do bônus estava submetido à frequência do professor.

De acordo com a Secretaria Estadual de Educação (2015) o Bônus é um programa de estímulo à regência para evitar ou diminuir as faltas dos educadores em suas unidades escolares através da concessão de um bônus financeiro a professores, tutores pedagógicos, Vice-diretores e Diretores. O bônus passou a ter em 2012 o valor de R\$2.000,00 para os educadores com carga horárias de 40 horas semanais, sendo proporcionais às outras cargas horárias. Os professores regentes com uma carga horária de 60 horas poderiam chegar até ao valor de R\$3.000,00. O pagamento ocorria sempre em duas parcelas, uma primeira no mês de julho e a segunda no mês de dezembro.

Os critérios para o recebimento do bônus eram os seguintes: 1) Professor regente – a) frequência, presença na sala de aula, de acordo com o quadro de horário organizado na unidade escolar; b) plano de aula a cada duas semanas, entrega do planejamento das aulas ao coordenador pedagógico da escola, até o 1º dia útil do período em que as aulas ocorrerão. O plano deveria seguir o modelo padrão fornecido pela Superintendência de Inteligência Pedagógica e Formação.

Os critérios para que o recebimento do bônus definia que a aula só seria concretamente ministrada se o seu planejamento tivesse sido entregue. A quantia de cada parcela do bônus ocorreria inversamente equivalente ao número das faltas semestrais. Até 1% de faltas recebia 100% do bônus; de 1,01% a 2% de faltas 85%; de 2,01% a 3% de faltas 70%; de 3,01% a 4% de faltas 55%; de 4,01% a 5% de faltas 40% e mais de 5% de faltas não receberá o bônus.

O coordenador pedagógico também está inserido nesse processo de bonificação, era tratado da seguinte forma: 2) Coordenador pedagógico – a) frequência, assiduidade na escola, conforme a carga horária organizada em modulação; b) formação continuada, participar dos cursos de formação disponibilizados pela SEDUC, através das subsecretarias, que ocorrerão durante as horas-atividades do coordenador pedagógico.

Esses dois elementos presente para o recebimento de bônus, só será validado se tiver ocorrido a participação do coordenador pedagógico no curso de formação no período delimitado. O que o coordenador pedagógico recebe de bônus é referente ao mesmo percentual de faltas que o do professor regente.

Logo após temos o papel de tutor pedagógico na execução do programa da seguinte forma: 3) Tutor pedagógico – a) formação continuada, participar dos de formações ministrados através da Gerência de Tutoria Pedagógica da Secretaria de Estado da Educação; b) presença, estar presente na escola(s) que orienta e/ou na Subsecretaria Regional de Educação que faz parte, e, é lotado. De acordo com o planejamento semanal de dez turnos/períodos conforme estipulado pelo Diretor Pedagógico de sua Subsecretaria, com oito turnos nas escolas e dois na Subsecretaria a qual pertence.

Esses dois itens são necessários para a efetivação da bonificação, juntamente com a presença nas unidades escolares e/ou na Subsecretaria só será aceito se o tutor pedagógico participar do curso de formação referente ao período. A quantia de cada parcela do bônus em relação as faltas ocorridas é a mesma que o do professor regente e do coordenador pedagógico.

Por último, temos o grupo que exerce a gerência da unidade escolar. Temos então: 4) Grupo gestor – a) realização do serviço no prazo: executar no SIGE³ o

³SIGE é um sistema informatizado, que visa atender necessidades operacionais administrativas e pedagógicas das unidades escolares de Goiás, possibilitando a Secretaria de Educação, a partir das informações cadastradas, estabelecer um diagnóstico preciso da realidade escolar em sua rede.

lançamento da frequência dos alunos (até as 23h 59 de cada dia); b) lançar todo bimestre a nota e frequência de alunos por cada disciplina no SIGE; c) verificar diariamente o e-mail institucional da unidade escolar; d) lançar toda semana a frequência dos coordenadores pedagógicos da escola e professores regentes no SIGE, até o segundo dia útil consecutivo, seguido do lançamento da entrega dos planos de aula dos professores regentes a cada duas semanas, igualmente no SIGE, com o limite máximo do segundo dia útil data em que as aulas serão ministradas; e) cumprir o calendário escolar: estar com a unidade escolar funcionando conforme o calendário escolar 2013 confirmado pela Superintendência de Acompanhamento dos Programas Institucionais em todos os dias letivos.

Juntamente com esses critérios para a bonificação, existe um índice de gestão, que define a porcentagem do bônus que o equipe gestor receberá. Destacou-se que a realização do calendário escolar será verificada diretamente pelos subsecretários, e o cumprimento dos serviços dentro do prazo definido será observada através de relatórios gerados pelo próprio sistema.

O Prêmio Poupança-aluno é outro aspecto importante da reforma com estímulos aos discentes. Foi criado pela lei 17.745, de 13 de julho de 2012, pela Assembleia Legislativa de Goiás no âmbito do programa pacto pela educação com o objetivo de premiar os alunos com melhor desempenho da rede pública estadual de Goiás, com base nos critérios, indicadores educacionais e de avaliação organizados pela Seduc. A lei definia a premiação pecuniária no valor de R\$1000,00 (um mil reais) que seria creditada em conta poupança de titularidade do aluno premiado. Sendo que 10% (dez por cento) do valor total poderiam ser retirados pelo aluno premiado, e o restante apenas com a conclusão do ensino médio. Posteriormente em junho de 2014 o parlamento estadual aprovou outra lei aumentando a premiação para o valor de R\$1200,00. Destaco que o aluno premiado poderia retirar imediatamente 30% do valor, não mais 10%, como anteriormente, ficando o restante condicionado ao término do ensino médio. Temos então, claramente o aumento dos estímulos não pela importância da educação e estudos para a vida em si. Neste caso está se tentando comprar o interesse e atenção do aluno.

O Bônus de Estímulo à Regência aos docentes e o Prêmio Poupança-aluno ocorreram conjuntamente com programas e projetos como novo modelo de escolha de diretor da escola, currículo referência, placa do IDEB nas escolas, criação do Sistema de Avaliação Educacional de Goiás (SAEGO), o Índice de Desenvolvimento da Educação Goiana (Idego), o projeto coordenadores de pais, o programa Ensino Médio

Inovador/Projeto Jovem do Futuro, o Programa de Intensificação de Aprendizagem (PIA), entre outros. Essas ações ocorreram no bojo de cinco diretrizes objetivadas: 1) Valorizar e fortalecer o profissional da educação; 2) Adotar práticas de ensino de alta aprendizagem; 3) Reduzir significativamente a desigualdade educacional; 4) Estruturar sistema de reconhecimento e remuneração por mérito – programa reconhecer; 5) Realizar profunda reforma na gestão e na infra-estrutura da rede de ensino.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na “década de 1990” tivemos a “consolidação” de uma visão por parte de vários governos, empresários, Organização Mundial de do Comércio (OMC) e Banco Mundial, que percebiam efetivamente a educação como um novo setor no mercado de serviços para ser investido além das fronteiras nacionais. Temos então, um processo de mercantilização, onde ocorre a transformação de tudo em forma-mercadoria, ou seja:

tudo passa a possuir valor de troca. As mercadorias são compradas e vendidas, tem um preço. O processo de mercantilização que nasce na esfera da produção de mercadorias invade o conjunto das relações sociais. Os meios de produção, os bens de consumo e a força trabalho se tornam, no capitalismo, mercadorias. Mas, além disso, os serviços sociais (saúde, educação, transporte), o lazer, e tudo mais se tornam mercadoria, até o corpo humano, como ocorre com a venda de órgãos. Esse processo de mercantilização cria uma visão do mundo, no qual aparentemente tudo pode ser vendido e comprado. (VIANA, 2006, p.116).

Libâneo; Oliveira; Toschi (2003) analisando a escola no contexto das mudanças da sociedade contemporânea levando em consideração a questão de como a escola como instituição social tem sido indagada sobre sua atuação diante das transformações culturais, políticas, econômicas e sociais da sociedade contemporânea, argumentam que elas são desdobramentos, principalmente, dos avanços da tecnologia, da reestruturação do sistema produtivo e desenvolvimento, do entendimento da atuação do Estado, das mudanças ocorridas nele e das modificações na organização do trabalho, no sistema financeiro e nas formas de consumo. Chamam este agregado de transformações, de globalização. Procuram caracterizar a globalização como um conjunto de aspectos políticos, sociais, culturais e econômicos que representam o espírito do momento e a fase de desenvolvimento do capitalismo na atualidade. Trabalham com a ideia de intensa movimentação, isto é, que os indivíduos estão envolvidos em um rápido processo de integralização e de reestruturação capitalista.

Os autores citados anteriormente afirmam que esse conjunto de transformações que afetam o mundo na atualidade exercem influência e atingem a vida escolar de várias

formas. Algumas delas são: pressionam a escola a modificar suas atividades por motivo do desenvolvimento dos meios de comunicação e da inclusão da informática; elaboram alterações nos anseios, nos valores e necessidades educacionais; alteram os objetivos e o que é prioritário para a escola; levam através da indução a uma modificação na postura do professor e nas atividades docentes, visto que são bastante estimuladores os meios de comunicação e outros meios tecnológicos; conduzem o capitalismo a estipular para a escola, fins mais afinados com os objetivos do mercado; reivindicam um modelo de trabalhador, isto é, mais polivalente e flexível, o que gera algum tipo de valorização da educação que capacita para novas competências pessoais, sociais e habilidades cognitivas.

Dessa forma, constatamos visivelmente, “as conexões educação-conhecimento e desenvolvimento-desempenho econômico. A educação constitui um problema econômico na visão neoliberal, já que é elemento central desse novo padrão de desenvolvimento “ (LIBÂNEO; OLIVEIRA;TOSCHI, 2003, p.110).

O processo de ensinar e aprender passou a se orientado pela premiação pecuniária, o conhecimento e o saber estabeleceu-se tendo como fim a premiação financeira e não pela sua importância para a vida, para a cidadania e como um instrumento e ferramenta de construção de desenvolvimento político, econômico e social. Deve-se enfatizar que a palavra cidadania nem consta no documento oficial da reforma e do pacto educacional.

REFERÊNCIAS

- ALTMAN, Helena. A Influência do Banco Mundial no projeto Educacional Brasileiro. Educação e Pesquisa, São Paulo, vº 28, nº 1, p.77-89, jan./jun.2002.
- BOUDON, R; BOURRICAUD, F. Dicionário crítico de Sociologia. 2 ed. São Paulo, 2004.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O que é educação. 33ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- BRUN, Argemiro J. O Desenvolvimento Econômico Brasileiro. 30ª ed. Petrópolis, RJ; Ijuí, RS: Ed. Unijuí, 2013.
- CARDOSO, Fernando Henrique. Mãos a obra, Brasil. Proposta de governo. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.
- DURKHEIM, Emile. Educação e Sociologia. 11ed. São Paulo: Melhoramentos. Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Material Escolar, 1978.

FERREIRA, Adriano de Melo. A Inovação nas Políticas Educacionais no Brasil: Universidade e Formação de Professores. 2013. 305f. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás, Goiânia.

FONSECA, Marília. O Banco Mundial e a Educação: reflexões sobre o caso brasileiro. IN: GENTILI, Pablo (Org.). Pedagogia da exclusão. Petrópolis, RJ. Vozes, 1995.

GENTILI, Pablo A.A. O Discurso da Qualidade como Nova Retórica Conservadora no Campo Educacional. IN: GENTILI, Pablo A.A; SILVA, Tomaz Tadeu (Orgs.). Neoliberalismo, Qualidade Total e Educação. 3ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

GENTILI, Pablo A.A. Adeus à Escola Pública: a Desordem Neoliberal, a Violência do Mercado e o Destino da Educação das Maiorias. IN: GENTILI, Pablo A. A.(Org.). Pedagogia da Exclusão. Petrópolis, RJ. Vozes, 1995.

Gerência da Secretaria Geral da Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esporte de Goiás, 2015.

IOSCHPE, Gustavo. O que o Brasil que ser quando crescer? 1ª ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. Educação Escolar: políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2003.

MEC/Ideb. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=336> . Acessado em 15/04/2015.

PEIXOTO, Thiago. Educação: o desafio de mudar. Goiânia: Kelps, 2010.

Plano Nacional de Educação: 2001-2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm. Acessado em 26/08/2015.

RAMOS, Cosete. Excelência da Educação. Rio de Janeiro, Qualitymark Ed, 1992.

_____. Pedagogia da Qualidade Total. Rio de Janeiro, Qualitymark Ed, 1994.

SANDRONI, Paulo. Novíssimo Dicionário de Economia. 10ª edição. São Paulo: Editora Best Seller, 2012.

SAVIANI, Demerval. Educação brasileira: Estrutura e Sistema. 8ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2000.

Secretaria Estadual de Educação de Goiás. Versão online. Disponível em: <http://www.seduc.go.gov.br/especiais/pactopelaeducacao/pilares.asp>. Acessado em 15/04/2015.

Secretaria Estadual de Educação de Goiás. Versão online. Disponível em: <http://www.see.go.gov.br/especiais/pactopelaeducacao/pilar.asp>. Acesso em 15/04/2015.

SILVA, Maria Abádia da. Do Projeto Político do Banco Mundial ao Projeto Político da Escola Pública Brasileira. IN: Cad. Sedes, Campinas, v.23, n 61, p.283-301, dezembro de 2013. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br> . Acessado em 23/07/2015.

TRANFAGLIA, Nicola. Liberalismo. IN: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. Dicionário de Política (vol.2). 12ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.

TORRES, Carlos Alberto. Estado, Privatização e Política Educacional. IN: GENTILI, Pablo (Org.). Pedagogia da exclusão. Petrópolis, RJ. Vozes, 1995.

UNESCO, Relatório para UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. Educação: um tesouro a descobrir. 3ªed. São Paulo: Coztez; Brasília, DF: MEC; UNESCO, 1999.

VALE, Keila Auxiliadora. Gerente de Supervisão de Unidades Escolares (GESUE) da Seduc. Entrevista concedida em 20/01/2015.

VIANA, Nildo. Introdução à Sociologia. 1ed. Autêntica, 2006.